

Profissional não tem incentivo

A ex-presidente do sindicato dos médicos e deputada distrital pelo PT, Maria José da Conceição (Maninha), ao contrário, diz que o novo governo irá encontrar a saúde do DF mais que gripada: "ela está na UTI."

De posse de um relatório que o Sindicato, assinado pelo então coordenador da Secretaria de Defesa Profissional e Condições de Trabalho do DF, Antônio Alves de Souza, após a greve geral de 1992, a deputada assegura que a situação, ao invés de melhorar, piorou.

"Resolvemos a questão salarial, mas não conseguimos o que era fundamental: as condições de trabalho para o profissional", revela Maninha.

Segundo o relatório, o setor de politraumatizado do Hospital de Base — onde se concentra o atendimento de todos os casos neurocirúrgicos e os acidentes graves — "estava mais parecido com os campos de refugiados da Bósnia: pacientes em macas sem colchões; nus porque não tinham roupa de cama; colchões molhados de urina porque não tinha coletor e até novalgina faltava".

"A situação hoje é a mesma. Até pior, pois com a população dos assentamentos, do Entorno e da migra-

ção de outros estados, houve um inchaço e os recursos que chegam à rede são insuficientes. Além disso, o dinheiro que o próprio GDF aplica na saúde é baixo", avalia a deputada.

A ex-presidente do sindicato os médicos afirma que esses fatores contribuem para se formar um círculo vicioso dentro da Instituição. "Se não há dinheiro para ampliar a rede e atender o número de pacientes que chegam, começa o estrangulamento. É uma questão de priorizar a saúde"

A deputada alerta que outro grave problema é quanto ao número de funcionários. "De 1979, até agora, não conseguimos aumentar o número de funcionários da Instituição. Nessa época, tínhamos dois mil 384 médicos na Fundação Hospitalar; hoje, temos dois mil 780. Isso com a população triplicada."

Este fator tem uma explicação: os salários. No último concurso realizado em outubro, foram aprovados 143 médicos nas diversas especialidades. Apenas 32 assinaram o contrato, que é de 24h semanais, com salário de R\$ 640,00.

"O profissional passa, fica um, dois meses e pede demissão. Se ele é mal renumerado, não é incentivado e nem tem qualidade na prestação dos seus serviços, vai procurar alternati-

vas melhores. Isso é razão do déficit crônico", constata Maninha.

Prorrogação — A primeira e emergencial tarefa do novo Secretário de Saúde, João de Abreu, será a tentativa de prorrogação dos contratos de serviços, que acabam hoje.

O Orçamento para compra de medicamentos do ano de 1994 já foi todo repassado e vamos ter que negociar com o Governo Federal o repasse de novas verbas para abastecer os postos, centros e hospitais", diz Maninha,

A deputada prevê ainda que a situação nos primeiros dias do novo governo "será dramática, pois certamente faltarão coisas básicas, como remédio e comida e não teremos dinheiro nenhum em caixa para reposição imediata"

Como exemplo disso, a ex-presidente do sindicato diz que o contrato para fornecimento de comida da Fundação, feito pela empresa Sanolli, expirou ontem, e para que haja renovação só depois de um processo licitatório, que demanda tempo e requer dinheiro.

"Não renovaremos os contratos às cegas, porque temos sérias críticas em relação a alguns e faremos estudos minuciosos sobre cada um", avisa Maninha.